

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula Nº 94
12 de fevereiro de 2011

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Quero continuar com o comentário ao texto do Ravaisson, mas para refrescar a memória lerei alguns trechos de novo:

[O coração forte deseja o ser (Schelling), não se contenta com sombras, ídolos ou fantasmas.

As pessoas de pouco peso contentam-se com pretensos princípios que seriam nadas, quase sem uma quantidade de abstrações de ordem superior aos fenômenos; ou, se a sua inteligência exige mais, como é o caso dos platônicos, lhes bastarão ainda abstrações de ordem superior aos fenômenos, que regulariam o curso [00:20] deles, mas ainda não envolvem realidade.

Essas duas linhas são de uma importância extraordinária e nós vamos comentá-las mais tarde.

O coração, contendo vontade e sensibilidade, exigia mais. Era-lhe necessário aquilo que exige Schelling: o ser que existe, isto é, ao qual se dirige uma experiência, tal como o ser que se pensa, que se toca na consciência. Era o voto secreto das almas enérgicas, dos heróis antes de tudo, voto do qual dão testemunho suas ações.]

Aristóteles quer assim voltar da secura e insuficiência lógica ou racional à riqueza fecunda da experiência; da descontinuidade à solidariedade; do artificial ao natural. Ele foi guiado por um sentimento vivo da realidade. Desse momento data o começo da filosofia positiva.

Ele dá à filosofia positiva um sentido muito diferente daquilo que essa expressão tem no positivismo de Comte.

Em lugar de uma noção abstrata e vaga, uma noção precisa. É que no lugar de se servir da faculdade de abstração e de generalização, que constitui aquela parte da alma chamada *o entendimento*, ele escutou a faculdade prática, que compreende a sensibilidade e a vontade, e cujo foco é aquilo que se chamou, nos tempos modernos, o coração.]

Que é o ser propriamente dito que pertence a primeira e mais alta das categorias e que é o centro ao qual se reportam todas as outras? É, responde Aristóteles, a ação, que pode explicar a natureza, a qual é toda movimento. Observador atento da natureza, que Platão desdenhava, ele reconheceu que tudo nela é movimento. Ele reconheceu também, como o diz em algum lugar, que o movimento é uma espécie de vida. Ele reconheceu, enfim, que a causa do movimento é que é a causa verdadeira, que a vida não pode resultar de outra coisa senão da vida. (Por isso, aqueles que pretendem explicá-la pelo movimento invertem a ordem verdadeira das coisas.) O movimento enquanto fenômeno pode nascer do movimento. Mas a origem primeira dele é algo de superior, que é a ação. A ação é como um instante que durasse sem sucessão. Assim busca-se conceber o eterno, o positivo da duração, onde a negação introduz a sucessão. (Mais tarde se reconhecerá que o fundo da ação é a vontade e enfim que o fundo da vontade é o amor.)

Ser é, portanto, agir, a ação é a existência mesma.]

E, com efeito, observa Cícero, intérprete aqui como por toda a parte da filosofia grega, aquilo que não faz nada ou não tem nenhuma ação bem parece também não ser nada. Se a pedra mesma existe é que na pedra também há algo de ativo e de movente.

Agora, não somente tudo aquilo que é age, mas tem ademais aquela propriedade de tender naturalmente a se comunicar. É aquela que possuíam no mais alto grau as maiores almas, as almas heróicas.

Na consciência, o pensamento tende a se expandir em idéias onde ela se mira de algum modo e se reconhece. Cada vivente, chegado ao seu ponto de perfeição, tende a se reproduzir como que para tomar naquilo que ele engendra uma posse mais plena do seu ser.

O ser completo é o espírito, cuja natureza é tal que, agindo, ele tem consciência daquilo que ele faz, daquilo que ele é. No fundo, nada pensa sem pensar-se, ainda que de maneira e em graus diferentes. Somente em Deus a consciência perfeita do objeto é inteiramente idêntica ao sujeito. É o ápice ao qual tende, de espécie em espécie, pelos diferentes graus da vida, toda a natureza, e do qual esses diferentes graus são imitações mais completas ou menos completas. [Na consciência de si, o espírito, desvencilhado das nuvens da imaginação que lhe velam os outros objetos, se vê a si mesmo na pura luz. É a visão à qual, segundo a teologia cristã, estão ligadas, junto com a admiração que causa a beleza suprema, a alegria e a felicidade.]

Nos diferentes estados de existência, o pensamento, que é também vontade, se reconhece em mais ou em menos nos seus objetos. Ele se reconhece neles dividido, disperso em diversas idéias até que nelas reencontre por fim sua integral unidade.

Toda a natureza é feita como que de esboços mais ou menos bem sucedidos dessa suprema perfeição, completando, antes da integração final, a diferenciação.

Nesse momento supremo, o pensamento, segundo a fórmula aristotélica, é pensamento do pensamento.

Platão, em busca de uma realidade suprema por trás das aparências mutáveis da natureza (comenta no início do texto Ravaisson), havia encontrado o mundo das idéias; mundo que é como que esquemas fixos dos quais as coisas moventes da natureza são imitações imperfeitas. Aristóteles, porém, observa que essas ideias são obtidas por abstração, a partir das similaridades entre os entes individuais e, portanto, refletem a definição das espécies; e a definição das espécies, por si mesma, não tem realidade (a não ser a mental).

O que Platão fez na verdade foi aplicar o mecanismo abstrativo às coisas e tomar o produto dessa atividade abstrativa como se fosse mais real do que as coisas das quais a abstração partiu.

Embora haja nisso alguma verdade — isto é, que o conjunto dessas ideias possa representar o esquema essencial da realidade —, ele é somente um esquema, não um plano de realidade efetiva. Para que encontremos por trás dos objetos corporais uma realidade mais profunda, mais efetiva, realidade da qual eles emergem, é preciso que nós busquemos não apenas formas ou definições, mas — como diz Aristóteles — Almas ou Espíritos. Ou seja, somente aquilo que é vivo pode gerar a vida. Os esquemas das espécies não têm vida por si mesmos. Eles só conseguem ter alguma presença viva por meio dos indivíduos que as manifestam ou as exemplificam de algum modo. Então, na realidade o que Platão fez é como que uma abstração incompleta: chegou até certo grau de abstração e parou. Ele se contentou com as definições, mas não continuou buscando por trás delas uma realidade efetiva, e a realidade é justamente aquilo que se manifesta de algum modo na experiência.

Na verdade, o que está faltando no esquema platônico é precisamente o Deus que pensa as idéias. Para ser mais exato não podemos dizer que esteja faltando porque Platão admitia, acima do mundo das idéias, uma esfera mais alta que poderíamos chamar talvez de ‘mundo dos princípios’. Mas mesmo os princípios — e eu expliquei algumas coisas sobre isso em uma aula intitulada “o mundo dos princípios” — não são por si mesmos entidades efetivas, reais e viventes que possam criar alguma coisa.

Então o grande problema é que quando nos afastamos, a realidade sensível nos oferece a visão de entes vivos que se movem, que sofrem transformações, alguns por efeito exterior, outros por iniciativa própria, e que por toda parte dão sinais de vida. Certamente quando tentamos nos erguer a uma esfera mais alta de realidade, só podemos fazê-lo através da abstração. Mas a abstração não nos dá realidades, nos dá apenas esquemas.

A confusão entre esses esquemas e a realidade espiritual é imensa. Eu acredito que em nosso tempo René Guénon, que foi um das grandes autores de estudos metafísicos, freqüentemente caiu nesse erro, na medida em que, [00:10] procurando a raiz de todas as coisas, ele chega a algo que chama de “não ser”, que é o conjunto de todas as possibilidades manifestadas, não manifestadas e manifestáveis.

Bom, se você concebe a possibilidade universal apenas como o conjunto das possibilidades então a possibilidade dela não ser é igual à possibilidade dela

ser: não há como distinguir uma coisa da outra. E também é necessário perceber que a possibilidade universal está acima de qualquer determinação possível. Na verdade, ela não tem caracteres: é apenas a possibilidade em aberto. Então, essa noção de “não ser” não se identifica perfeitamente com a noção da onipotência. A onipotência pressupõe a existência do ser onipotente. Se tentamos conceber algo acima deste ser só o que nos sobra é a possibilidade abstrata; possibilidade que não existe enquanto tal, mas somente como uma abstração que fizemos. Então o esforço do René Guénon de ir para além do Ser me parece chegar a um resultado absolutamente desastroso.

Talvez convenha analisarmos esse assunto com um pouco mais de cuidado, ou nesta aula ou numa próxima. Eu creio que o foco do problema esteja no livro “Os estados múltiplos do Ser”.

De qualquer modo, no esquema do Guénon, à diferença que ele faz entre o ser e o supra-ser (ou não-ser) corresponde, na escala humana, à diferença que ele enxerga entre a salvação e a divinização. Ele diz que, de modo geral, as religiões (e ele considera como religiões somente aquelas do grupo abraâmico: o judaísmo, o cristianismo e o islã) visam à salvação da alma, mas que para além da salvação da alma existe outra perspectiva: a divinização, à qual se tem acesso mediante determinados ritos iniciáticos especiais transmitidos por uma tradição que, segundo ele, vem desde a origem da humanidade.

Evidentemente ele com isso Guénon sugere que ele mesmo passou por esses ritos iniciáticos e foi divinizado. Mas de todas as pessoas que conheci no meio esotérico, não vi nesse meio nenhum sinal de divindade. Aliás, não vi de santidade, por vezes nem de bondade, e por vezes nem sequer de simples decência humana. (Podemos comentar isso com mais detalhes em outra ocasião).

Mas a presunção de que haja para o indivíduo humano um estado acima da salvação (estado no qual ele se identifica com o próprio absoluto, com a possibilidade universal) implica, naturalmente, a desaparecimento do indivíduo.

Podemos dizer (como São Tomás de Aquino) que no plano da salvação as almas estão fundidas, mas não confundidas. Se passarmos um grau acima disso já fomos divinizados, integrados no próprio Deus; já não sobrevivemos como almas individuais no Paraíso, mas somos o próprio Deus. E isto me parece ser contraditório com a simples perspectiva da salvação, porque se existe uma única alma imortal no Paraíso, ela durará eternamente, não há limites para a duração dela. Portanto (e isto aqui é absolutamente fundamental), a duração de uma simples alma humana será mais longa do que toda a História humana e do que todo o universo físico. Mais ainda: essa alma humana conservará a sua individualidade, tanto que terá memória de seu tempo de vida terrestre, e diz São Tomás de Aquino, as almas do Paraíso enxergam as do inferno, portanto elas têm consciência de seu preciso lugar no universo.

Eu não vejo como encaixar isso na perspectiva hinduísta de um supra-ser ou um não-ser que de vez em quando se retira de todo o mundo manifestado, fazendo com que todo o universo desapareça e, em seguida, o recria, e o recria

de novo, e de novo, e de novo, até esses universos virarem um colar (a sequência dos universos, na doutrina hindu, é comparada a um colar). A supressão dos universos pressuporia, evidentemente, a extinção das almas que pertenceram ao universo anterior, de modo que a vida eterna deixa de ser eterna. Essa é uma contradição tão flagrante entre o pensamento do Guénon e a letra do Evangelho que não vejo como encaixar esta dentro daquela (ao menos não literalmente). Existe aí um problema que geralmente os adeptos do René Guénon não querem ver, de tal modo eles estão imbuídos da idéia de absorver todas as religiões historicamente existentes dentro de uma tradição supra temporal; tradição que eles mesmos dizem representar.

Ademais, se fosse possível alcançar algum benefício de tipo evangélico por meio de ritos não evangélicos (como os ritos maçônicos ou sulfis) eu tenho a impressão de que Jesus Cristo teria dado algum aviso nesse sentido, mas ele nada disse. Não consta que Jesus tenha instituído nenhum rito além dos sete sacramentos e ele próprio assegura que nada disse em segredo, que tudo o que disse foi em praça pública. Então se esses ritos têm uma remota origem cristã, um pedaço da história nos foi sonegado.

Eu acredito que Raveisson identifica um exemplo de como se originam esses equívocos do tipo do Guenon quando afirma que “se a inteligência exige (e a inteligência deles exige mais como é o caso dos platônicos) lhes bastarão ainda abstrações de ordem superior aos fenômenos que regulariam o curso deles, mas que ainda não envolvem realidade, não envolvem vida ou existência pessoal”. A idéia de René Guenon é que o Deus pessoal é apenas uma manifestação divina voltada para a espécie humana, uma face de Deus, e que acima dela há o absoluto. Muito bem. Na perspectiva cristã existe evidentemente a essência íntima de Deus na qual nós não penetramos, mas isso não quer dizer que exista algo para além das três pessoas da trindade; não significa que além das três pessoas da Santíssima Trindade exista um quarto deus oculto que de vez em quando mergulha na sua própria inexistência e depois volta a existir. Não vejo como conciliar uma coisa com a outra. A mim me parece que todo esse pessoal está cultuando abstrações e tomando-as por entidades reais.

Mas o Deus verdadeiro não pode ser uma abstração! Ele tem de ser um ser e, mais ainda, tem de ser uma pessoa. Se dizemos que a essência de Deus é o Amor, então é necessário que haja alguém pelo qual Ele tenha amor, e isto supõe a sua unidade múltipla nas três pessoas da Trindade.

Mas esse confronto entre as duas perspectivas espirituais se prolonga ao longo da história no confronto entre o cristianismo e o gnosticismo. O gnosticismo pretende realmente alcançar a essência divina e absorver-se nela [00:20]. E o cristianismo diz que a nossa mais alta perspectiva é a salvação da alma. O Guénon se sente muito incomodado com isso e gostaria de ter algo melhor do que a salvação.

Ravaisson diz que naquela época Aristóteles percebeu que tinha algo de errado naquele esquema perfeitamente lógico e abrangente do Platão (esquema que também se observa no esquema guenoniano) e que precisava voltar à noção

de seres vivos; e que estes de algum modo manifestavam a mesma unidade divina em vários planos e em distintas modalidades, onde o padrão de unidade de cada ser tanto mais alto quanto mais se elevavam na hierarquia dos seres, de modo que, por exemplo, um ser vivo tem uma unidade mais exigente por assim dizer do que um mineral e, dentro dos seres vivos, os animais têm uma unidade mais refinada e intensa do que os vegetais, sendo o ser humano o cume da escala da unidade na esfera da natureza, na medida em que não tem apenas uma unidade em si, mas uma unidade para si: a unidade da autoconsciência. Ainda que essa unidade seja imperfeita e que ela — como diz aqui o Schelling — se reconhece nos objetos, mas faz de maneira fragmentária até que ela consegue reintegrar os objetos como conteúdos da própria consciência.

Muito bem, eu creio que isso aqui encerra o nosso comentário ao Ravaisson.

E aproveitando o material que obtivemos desse texto — que eu pretendo continuar traduzindo e talvez comentemos nas próximas aulas — gostaria de apresentar a vocês algum esboço antecipado do que pode rolar no meu debate com o Professor Alexandre Duguin.

Antes desejo esclarecer que aquela bronca que dei nos organizadores do debate no programa [True Outspeak] passado foi em parte devido a um tremendo mal entendido, porque existe um grupo guenoniano-schuoniano no Brasil que é constituído de pessoas da mais baixa espécie e que tem todos os motivos para desejar uma divulgação do pensamento do Duguin, que é o seu novo mestre, no Brasil. Me pareceu que o grupo organizador do debate estava refletindo as ações desse grupo mas parece que não está, que não há nenhuma relação entre eles, foi apenas uma série de infaustas coincidências.

Eu tenho que confessar a vocês que todas as experiências que tive com pessoas da esfera guenoniana-schuoniana foram as maiores decepções da minha vida, pois embora tais pessoas tenham exposições doutrinárias absolutamente fantásticas, eu nada pude observar naquele meio algo que me lembrasse, nem de longe, o mais mínimo sinal de espiritualidade, apenas de intelectualidade. Quer dizer, tinham uma experiência elevada ao mais alto nível de abstração, mas a um nível de abstração tal que estabelecia nelas uma espécie de corte entre o seu mundo doutrinal e a existência de todos os dias. Por exemplo: o Frithjof Schuon insistia muito na importância da virtude para a ascensão iniciática, e eu de fato não vi ali virtude nenhuma; só o que vi foi fofoca, traição, maldade. Talvez seja interessante eu contar um certo episódio a vocês.

Quando eu rompi com esse pessoal, eles ativaram um mecanismo que já é costumeiro na organização do Frithjof Schuon que é o seguinte: fazer um assédio judicial ao inimigo — não foi o meu o único caso, existe outros relatados pelo Marco Koslov, que é uma pessoa de quem eu goste muito, mas que passou por alguma experiência e dá um depoimento importante. Inventaram um processo me acusando de um crime que eu não tinha cometido e eu tive seis anos de trabalho com isso. Consegui vencer o processo, evidentemente, mas quase fui levado à ruína. Ali apareceram oito discípulos do

Frithjof Schuon mentindo descaradamente, fazendo falsos testemunhos, dos quais eu só pude me livrar porque eu tinha coisa melhor que era a prova documental, então ficou ali demonstrado que estavam todos mentindo e eu evidentemente, acabei não pagando pelo crime que não cometi. Mas a coisa me deu muito trabalho e a mim me parece que uma organização que recorre a esse tipo de expediente para intimidar pessoas não tem autoridade para dizer uma palavra sobre a virtude. Ali não há virtude nenhuma.

No caso do Marco Koslov, ele teve um caso com a mulher do sheik, e daí deu um conflito. Agora imagine o sujeito vem à minha casa e tem um caso com a Roxane e daí explode uma série de hostilidades entre nós. Que ambiente é esse, meu Deus do céu? Isso aí é a Casa de mãe Joana.

Foi o que eu encontrei nesse meio: pessoas altamente desenvolvidas do ponto de vista intelectual, mas que me pareciam, de fato, viver num mundo de abstrações, tendo muito pouca intuição das situações humanas reais. Eu não sei se posso generalizar isso para todos os membros da esfera guenoniana-schuoniana e eu nem pretendo fazê-lo. Mais tarde surgiram enormes escândalos: o Schuon foi acusado de pedofilia — coisa que eu não acredito —, mas de qualquer modo quando ele foi acusado de algo que não cometeu ele simplesmente recebeu o troco do que tinha feito com muitas outras pessoas, dentre as quais eu, que foram acusadas do que não fizeram. Então a acusação que foi movida contra ele era falsa, porém merecida. Só com a diferença que ele sofreu isso com 80 anos de idade, o que é muito mais desmoralizador do que eu, que a sofri aos 40.

É importante contar essas coisas para que vocês entendam que qualquer presunção de autoridade espiritual tem de se comprovar não na teoria, não na doutrina. Por exemplo, quando o Schuon foi acusado de pedofilia ele respondeu: “Não, mas vocês leiam os meus livros. Vejam pelos meus livros que eu não seria capaz de fazer uma coisa dessas”. Ora, os livros não são você! São apenas coisas que você disse. Mas para conhecer uma pessoa não basta saber o que ela disse, é preciso saber o que ela fez, e a carreira espiritual de Schuon inclui uma série muito impressionante de injustiças, de perseguições...

Tem outro detalhe: tão logo eu entrei para a tarika do Frithjof Schuon, eu fui imediatamente nomeado o seu Mukadam, quer dizer, o representante da organização para o Brasil. Estranhei muito aquilo, já que acabara de cair de pára-quedas naquele meio. Mukadam é um cargo importante na hierarquia esotérica, e pensei que tivesse alguma coisa errada naquela nomeação.

Então, eles me nomearam Mukadam, mas passavam instruções para outro sujeito, criando um conflito de autoridade, o que me pareceu uma coisa extremamente feia, porque nada no mundo substitui a sinceridade, a clareza de propósitos. Eu não pedi para ser nomeado Mukadam, aquilo era só uma incomodidade para mim. Mas se você nomeia um representante não vai passar as suas ordens secretamente para outro. Este outro evidentemente caiu na coisa que nem um patinho, ficou todo inchado porque as instruções estavam sendo passadas para ele, e agiu como um verdadeiro palhaço.

Tudo isso foi há mais de 20 anos atrás [00:30] e por eu respeitar a pessoa do Schuon jamais quis divulgar isso, mas conforme o tempo vai passando se torna necessário o esclarecimento.

Então, esse grupo schuoniano participou recentemente da organização de um colóquio a respeito da obra de Julius Évola, e nesse colóquio entrou a primeira comunicação do Duguin ao Brasil. Eles são o canal por onde o Duguin entrou no país. Evidentemente, o primeiro a mencionar o Duguin em língua portuguesa fui eu mesmo, mas não como se ele devesse ser seguido, e sim apenas como um problema que deveria ser examinado. Mas para os do grupo schuoniano, não; para eles o Duguin é um mestre, é alguém cujas instruções eles seguem e por quem têm o maior respeito.

É claro que, por um lado, tudo o que Aleksandr Duguin tem feito se insere até certo ponto na perspectiva guenoniana, mas modificando-a de acordo com o seu plano essencial. Esse plano não é de natureza filosófica. Toda obra filosófica — ou com pretensões de ser filosófica — tem alguma chave, ou seja, o ponto onde está a sua unidade. Se vocês examinarem tudo o que eu falei, escrevi e ensinei ao longo desses 30 anos, perceberão que essa unidade é, por um lado, de natureza meramente metafísica, e , por outro, de natureza gnosiológica e ética. O que tem me interessado é, sobretudo, qual a condição para que a consciência humana individual possa alcançar a verdade e desfrutar do dom do conhecimento objetivo (que é o dom do conhecimento humano por excelência, conforme demonstrou o Xavier Zubiri. Aliás, este é outro ponto que o Frithjof Schuon também insiste: o que é próprio da inteligência humana é a objetividade; se você desiste disso está abaixo da condição humana).

Em segundo lugar, me interessava saber qual é a relação entre essa consciência humana e a divindade, o absoluto, quer dizer, o que é a consciência perante o absoluto. E no esforço de investigar esse problema eu fui chegando cada vez mais à conclusão de que a consciência individual humana tem muito mais importância do que poderíamos discernir na doutrina do Guenon, por exemplo. Para ele, essa consciência faz parte apenas da Maia, e através da escalada iniciática ela se converte em conhecimento, este se transforma no ser, e você é absorvido no absoluto mediante o processo da divinização. Mas como estava dizendo, isso me parece contraditório com a perspectiva da vida eterna. Se uma única alma tem a vida eterna, então ela abrange não só toda a história existente, mas o cosmos existente e todos os cosmos possíveis, sem perder sua distinção individual.

Percebi então que a consciência humana (ou a alma individual humana) é um elemento estruturante do cosmos. Partindo daí, me lembrei que no Catecismo que os padres me ensinaram quando era pequeno eles perguntavam: “Para quem Deus fez o Mundo?”, e respondíamos: “Para o Homem, para o ser humano”. Se Deus fez o mundo para o ser humano, então evidentemente estamos acima do mundo, e o ser humano é de certo modo a chave da abóboda de toda a criação. E não falo do ser humano considerado abstratamente, enquanto espécie, mas enquanto indivíduo. Essa diferenciação individual já aparece no próprio Gênesis, no conflito de interesses entre Adão e Eva, e depois entre Caim e Abel. Portanto não se trata “do Homem”

considerado abstratamente como espécie, mas das individualidades humanas. São essas individualidades os fatores estruturantes de todo o cosmos e de todos os universos possíveis.

Se nós perguntarmos qual é a hierarquia da realidade, num primeiro plano temos o próprio Deus, depois o mundo das almas humanas, e depois o mundo dos anjos. Os anjos têm o conhecimento divino, mas não têm a liberdade divina. O livre arbítrio humano é a expressão direta do poder divino. Isto quer dizer que o universo inteiro das almas imortais é algo que abrange o cosmos e que, sob certos aspectos, se sobrepõe aos próprios anjos. Então eu não vejo motivo para desprezarmos o ser humano ou o estado humano como se fosse apenas um estado entre muitos outros.

Na perspectiva guenoniana o estado humano é apenas um de uma fileira ilimitada de estados pelos quais o ser vai passar na medida em que, transcendendo a sua individualidade, ele vai se divinizando. Eu digo: “Mas para que isso, se a alma humana já tem esse estatuto superior ao próprio cosmos e a todos os cosmos possíveis? Para onde poderíamos subir depois do estado humano, e qual é o estado das almas na eternidade, se não o estado humano?”. Não é um outro estado.

Essa foi a minha preocupação central e dela surgiram outras, periféricas; inclusive de ordem política, histórica, social etc. Estas surgiram de uma percepção que tive muitos anos atrás, e que é a seguinte: se por um lado todas essas organizações espirituais, essas seitas iniciáticas etc., colocam a consciência humana em nível tão baixo; se os materialistas e behavioristas e etc. dizem que ela (a consciência) nem mesmo existe, que ela é uma impressão ilusória nascida de mecanismos físico-químicos, por outro lado o século XX desenvolveu toda sorte de mecanismos destinados a controlar e neutralizar a consciência humana. Ora, se a consciência é um nada ou um quase nada (como afirmam as seitas e os materialistas, behavioristas etc.) para que tanto trabalho para policiá-la, para mandar nela, para oprimi-la? Por que há tanta gente querendo rebaixar a consciência humana? Esta foi a verdadeira origem de todas as perguntas políticas que eu fiz.

É claro, tive uma fase inicial em que fui militante esquerdista e naquela época li muito Karl Marx, Lênin, essa coisa toda. Mas naquela época me limitava a aprender essas coisas; não creio que tivesse alguma pergunta pessoal a responder. Este tipo de pergunta surge depois, e surge precisamente deste problema: por que tanto esforço para dominar e esmagar uma coisa que, teoricamente, já é um nada.

Também levei em consideração o seguinte: a sacralidade da consciência humana é uma instituição de ordem divina, foi o próprio Deus quem quis assim, porque isto reflete a nossa liberdade e a liberdade não advém da razão divina, mas do poder divino. Se nós dissermos: “Deus Pai representa o poder divino, Deus Filho representa a Razão divina (o Logos divino, a Inteligência divina) e Deus Espírito Santo o Amor divino”, isto significa que recebemos muitos dons, dentre os quais a liberdade, que é uma expressão direta do poder. E nossa liberdade é aquilo que em nós reflete o poder do próprio Deus Pai, e

não a Razão divina. Por isto mesmo essa liberdade é imprevisível, ou seja, ela é criativa, não obedece a leis [00:40]; e por isto mesmo existe a possibilidade da desobediência e da rebelião. A possibilidade de nos voltarmos contra Deus é, ela própria, expressão do poder de Deus Pai manifestado em nós. Então era absolutamente fatal que ao longo dos tempos, com a evolução histórica ocorrida no cristianismo, que a idéia mesmo de liberdade metafísica humana se traduzisse na forma da liberdade política, que é a liberdade de consciência.

Então, quando foi a primeira vez na história em que esse princípio da liberdade política se manifestou em leis, instituições, com base em um princípio bíblico? Foi na Constituição Americana.

Uma sociedade inteiramente fundada na liberdade de consciência individual poderia ter surgido de uma concepção anarquista, materialista, relativista, mas não surgiu; surgiu com base no princípio bíblico. Isto quer dizer que essa noção que eu lhes estou passando, essa noção da liberdade humana como expressão do próprio poder de Deus Pai tal como manifestado em nós, isso está consagrado na Constituição Americana exatamente como um princípio bíblico. Se alguém tem alguma dúvida leia o livro de 1500 páginas do Benjamin Elliot Morris, *Do caráter cristão das instituições americanas*. Podemos dizer que o único país no mundo que tem leis e instituições diretamente inspiradas numa lei divina são os Estados Unidos.

Este é um ponto muitíssimo importante: isso quer dizer que a autoridade de Deus Pai se traduz concretamente na existência humana sob a forma da nossa liberdade metafísica, e essa liberdade se expressa social, política e culturalmente na idéia da liberdade política, na liberdade de consciência. Isso quer dizer que a liberdade de consciência tal como foi integrada na Constituição Americana e nas suas instituições não veio do iluminismo; o iluminismo, nesse sentido, não teve nada a ver com a Revolução Americana. Se você procurar as fontes dela verá que todas as fontes são bíblicas. O pensamento iluminista teve uma influência mínima aqui. Embora o clamor por liberdade individual também se espalhasse pela Europa, na Europa ela não se realizou. Ao contrário, a Revolução Francesa foi seguida pela ditadura de Napoleão e depois por uma sucessão de golpes, revoluções e ditaduras que só parou em 1870 ou 1880, creio. Somente a partir desse período que a França se estabilizou um pouquinho, teve um pouco de liberdade. Mas no século XX houve outros golpes e outras ditaduras. Então, o único país do mundo onde o princípio da liberdade divina se manifesta, se expressa como liberdade política humana é os Estados Unidos, e essa é evidentemente uma instituição bíblica. Isso quer dizer que em parte alguma do mundo se conseguiu fazer a mesma coisa.

O Duguin segue toda a escola da geopolítica: Mackinder, Houshofer e outros tantos. Segundo esses autores, existe um conflito perene no mundo entre o que eles chamam “potências terrestres” e “potências marítimas”. As terrestres, como a própria Rússia ou a China, são todas de ordem tradicional, autoritárias, centralizadoras e voltadas para objetivos supra-individuais; ao passo que as potências marítimas são eminentemente comerciantes que atuam principalmente através do poder marítimo, interferindo em vários lugares e

levando a esses lugares uma filosofia de liberdade individual baseada inteiramente no iluminismo e, portanto, no materialismo.

Vou ler um pedaço para vocês de um texto do Duguin. Isso é muito interessante pois creio que no próprio debate não haverá ocasião de dizer tanta coisa, já que vai ser por escrito e o escrito tem as suas limitações.

Está aqui o livro *A grande guerra dos continentes*, do Duguin:

A substância da doutrina geopolítica pode ser resumida pelos princípios seguintes: na história planetária estão em presença duas abordagens opostas e em competição permanente para abranger o espaço planetário: a abordagem terrestre e a abordagem marítima. Segundo a abordagem à qual aderem os diversos Estados, povos ou nações ou segundo a sua consciência histórica, a sua política exterior ou interior, a sua psicologia, a sua visão do mundo formam-se segundo regras completamente determinadas. À vista desses traços, é possível falar de uma visão do mundo terrestre, continental ou mesmo uma visão da estepe (a estepe é uma paisagem russa por excelência), e de uma visão do mundo marítima, insular, oceânica ou aquática. Notaremos que os primeiros traços de uma abordagem similar podem ser encontrados nos trabalhos dos eslavófilos russos, tais como Khomiakov e Kirievsky.

Na história antiga, as potências marítimas que se tornaram símbolos históricos da “civilização marítima” no seu conjunto foram a Fenícia e Cartago. O império terrestre que se opunha a Cartago era Roma. As Guerras Púnicas formam a imagem mais pura da oposição entre a “civilização marítima” e a “civilização terrestre”. Na época moderna e na história recente, o pólo insular e marítimo tornou-se a Inglaterra, “a senhora dos mares”, e mais tarde a ilha-continente gigante, a América.

A Inglaterra, exatamente como a antiga Fenícia, utilizou como instrumento fundamental de dominação em primeiro lugar o comércio marítimo e a colonização das regiões costeiras. O tipo geopolítico fenício/anglo-saxão engendrou um modelo particular de civilização de mercado capitalista-mercantil fundado, antes de tudo, nos interesses econômicos e materiais e sobre os princípios do liberalismo econômico. Em consequência, a despeito de todas as variações históricas possíveis, o tipo geral da civilização marítima está sempre ligado ao primado do econômico sobre o político.

Do mesmo modo que, face ao modelo fenício, Roma representava um exemplo de estrutura autoritária-guerreira fundada numa dominação administrativa e numa religião civil; sobre o primado do político sobre o econômico. Roma é o exemplo de um tipo de colonização puramente continental, não marítima, mas terrestre, com uma penetração profunda no continente e a assimilação dos povos submetidos, “romanizados” invariavelmente após a conquista.

Na história moderna, as encarnações da potência terrestre foram o Império Russo e os impérios Austro-Húngaro e o da Alemanha da Europa Central. A Rússia/Alemanha/Áustria-Hungria são o símbolo essencial da “terra geopolítica” na história moderna.

Mackinder demonstrou claramente que em todos os últimos séculos a “atitude marítima” significa Atlantismo, exatamente como hoje as “potências marítimas” são antes de tudo a Inglaterra e a América, isto é, países anglo-saxônicos [0:50].

Face ao “atlantismo” que personifica o primado do individualismo, do “liberalismo econômico” e da “democracia de tipo protestante”, opõe-se o Eurasismo, que pressupõe, necessariamente, o autoritarismo, a hierarquia e o estabelecimento de princípios nacionais e táticos comunitários acima das preocupações meramente humanas, individualistas e econômicas. A atitude eurasiana claramente expressa é típica, antes de tudo, da Rússia e da Alemanha, as duas mais fortes potências continentais, cujas preocupações geopolíticas, econômicas e — o mais importante — a visão do mundo são completamente opostas às da Inglaterra e dos Estados Unidos...

Quando eu lia isso, me ocorreu o seguinte: se fizermos um mapa das zonas de influência soviéticas no mundo, perceberemos que elas se espalham pela Ásia, África, América Latina e América do Norte. Como então podemos falar de uma potência terrestre com toda a influência exercida pela União Soviética na África, por exemplo, fomentando revoluções, derrubando governos, instituindo regimes etc.? Será que eles chegaram à África a pé? Como é que eles instituíram o regime em Cuba? Vieram caminhando? É uma potência terrestre? A própria noção do império terrestre é uma palhaçada, isso não existe.

Por outro lado, aparece aí a noção de que esses grandes regimes centralizadores estão voltados a objetivos supra-individuais. De ordem divina, portando. Ao passo que a civilização anglo-saxônica esta baseada apenas em motivos individualistas, no comércio, no interesse material etc. Isso aí também é, evidentemente, uma grosseira falsificação porque, em primeiro lugar, a concepção originária da economia de mercado é de monges espanhóis e portugueses já entre os séculos XV e XVI. A coisa acabou não se realizando em Portugal e Espanha por certas contingências (e inclusive pelo conflito com a Inglaterra), mas a concepção da livre economia é inteiramente católica. Tem um livro do Alejandro Chafuen a respeito que não deixa a menor margem a dúvidas. Isso aí foi dois séculos antes de Adam Smith.

Em segundo lugar, a concepção da liberdade política não tem nada a ver com o individualismo no sentido da pura busca do interesse individual, mas tem a ver exatamente com a concepção cristã de que a liberdade política é uma exigência decorrente da própria letra do evangelho (e isso é inteiramente baseado em motivos cristãos). Leiam o Benjamin Morris e tirarão a dúvida completamente.

Em terceiro lugar, como podemos imaginar que esses regimes autoritários da Rússia e da Alemanha foram inspirados em motivos divinos? Qual é a atuação que a Alemanha teve na cristianização do mundo? Os primeiros povos cristianizados da Europa foram ingleses e irlandeses, e eles cristianizaram o resto. A Alemanha, mal foi cristianizada, já explodiu na Reforma. E mais ainda: ela foi à fonte de onde saíram as doutrinas anticristãs mais radicais do universo: hegelianismo, marxismo, doutrinas de Nietzsche etc. Toda a idéia da crítica bíblica visando dissolver o texto bíblico em considerações historiográficas (imaginárias na maioria das vezes) é inteiramente uma criação alemã.

Por outro lado, se imaginarmos a imensa tarefa de evangelização feita por

seitas protestantes no mundo perceberemos que os americanos estão levando ao mundo algo mais além do individualismo (individualismo tal como concebido pelo prof. Duguin).

Em outro escrito, o Duguin diz que para caracterizar bem o conflito entre atlantismo e eurasismo e é preciso ler o livro *A sociedade aberta e seus inimigos*, do Sr. Karl Popper, onde o autor traça a noção da sociedade aberta como aquela na qual não há absolutos, ou seja, não há nenhuma verdade absoluta acima dos interesses e preferências dos indivíduos, portanto, uma sociedade sem lei revelada (sem transcendência, por assim dizer). Então, diz o Duguin, em face dessa concepção da sociedade aberta nós temos a da sociedade tradicional, representada pela Rússia, Alemanha, China etc.

Em primeiro lugar, o Sr. Karl Popper é alemão, não americano; e, que eu saiba, jamais viveu na América (terminou seus dias na Inglaterra, mas aqui na América, que eu saiba nunca esteve). Em segundo lugar, essa concepção da sociedade aberta teve alguma importância na formação da elite globalista, não só americana como européia, mas qual a influência que isso teve nos Estados Unidos? Praticamente zero. Isso é um enxerto que penetra na elite e tentam impor à sociedade, contra a resistência maciça dela. É da idéia da sociedade aberta popperiana que vem toda essa interpretação atual da separação entre Igreja e Estado, que é não apenas de um Estado laico, mas de um estado anticristão, e isto é evidentemente obra das elites globalistas, que não têm raiz nenhuma na tradição americana, nem na nação americana, mas que são francamente inimigos da nação. O acompanhamento da política dessa elite no último meio século mostra que ela foi invariavelmente antiamericana.

Acabei de mandar um artigo para o Digesto Econômico dizendo que graças à influência dessa elite no governo americano — influência às vezes disfarçada, mas sempre presente — a orientação constante da política externa americana, exceto na Era Reagan, foi invariavelmente a de trocar ditadores amigos por ditadores inimigos, e a de trocar regimes autoritários por regimes autoritários; eles trocaram Shiang Kai Shek por Mao Tse Tung, Fulgencio Batista por Fidel Castro, o Lao Now pelo Pol Pot, o Dien pelo Ho Chi Minh, e assim por diante. Essa foi sempre a política do Departamento de Estado, que se esforçou também para quebrar o poder das potências coloniais como França, Portugal, Espanha etc. Estas nações entregaram suas antigas possessões aos poderes comunistas com prejuízos imensos para as antigas colônias, pois a devastação que foi feita na África portuguesa depois da saída dos europeus foi um negócio incrível.

Hoje mesmo eu estava ouvindo uma entrevista de Bernard Lugan, que é o grande historiador da África, dando conta do que se passa na África do Sul hoje. A África do Sul é um país completamente destruído, dirigido por uma elite assassina e corrupta, onde a margem de desemprego entre os negros, que na época do *apartheid* era de 20%, hoje é de 45%; é um país dominado pelo banditismo, pela Aids, um país absolutamente devastado. E eu me lembro dos festejos que houve em toda a mídia ocidental (mídia que pertence justamente a essa elite globalista) quando caiu o governo da África do Sul. Eles diziam: “Ah! Agora vai começar uma era de liberdade, uma maravilha etc. etc.”. Só um

idiota cai nessa conversa! Nós sabíamos perfeitamente quem ia tomar o poder e o que eles iriam fazer. Do mesmo modo, hoje estão comemorando a queda do Mubarak, achando tudo uma maravilha, mas quem vai tomar o poder é a Fraternidade Islâmica, que vai fazer uma desgraça no Egito, como te sido. Do mesmo modo, na Revolução Iraniana, quando caiu o Xá da Pérsia, todo mundo dizia: “Ah! Agora é a vez da democracia, da liberdade!”. Daí, vieram os Aiatolás com uma ditadura mil vezes pior do que a do Xá e com uma política francamente anti-americana [1:00].

Todo o esforço dessa elite globalista tem sido no sentido mais claramente antiamericano e no sentido de favorecer o movimento comunista internacional (o qual faz parte do esquema eurasiano do Duguin).

O que eu vejo é que a descrição dos dois blocos não confere absolutamente. Mesmo por que, se pensarmos que de um lado existem as potências terrestres (que seria a Europa, a Rússia, a China e os países islâmicos) e do outro lado as potências marítimas... Mas espere. Quais foram as primeiras potências coloniais que da modernidade? Foram Portugal e Espanha. Essas sim eram potências marítimas. O que elas têm a ver com o esquema anglo-saxônico? Absolutamente nada. Elas foram destruídas por ele. E se foram Portugal e Espanha, como podemos imaginar que o esquema essencial do império marítimo é uma mentalidade comercial e mercantil anglo-saxônica e protestante? Pensar isto é ignorar completamente os fatos históricos e sobrepor a eles símbolos unificadores que não têm absolutamente nada a ver com a realidade.

Eu seria o último a rejeitar a utilização dos símbolos como instrumentos de interpretação da realidade, mas a força do símbolo só se torna manifesta quando ele abrange os fatos conhecidos e os transcende, dando-lhes um sentido. Agora, quando o coitado do símbolo ignora 90% dos fatos, então ele não é um símbolo: é um estereótipo usado para fins de propaganda.

Essa generalização sobre as potências marítimas e terrestres está absolutamente errada. Também a generalização de que existe, por um lado, a sociedade aberta — isto é, sem absolutos, sem transcendência —, e do outro lado uma sociedade voltada para finalidades superiores. Veja: existe uma diferença muito grande entre uma lei transcendente, de ordem divina, e o simples império de uma vontade sobre a coletividade. Se opusermos individualismo e coletivismo não vamos chegar a nada, porque justamente as políticas coletivistas são aquelas que incentivam nos indivíduos as ambições que os tornam individualistas; enquanto que se você tem uma sociedade onde vigoram princípios e valores cristãos, toda ambição individualista é refreada.

John Adams disse que uma Constituição como a americana só servia para um povo cristão, e vemos que à medida que houve uma leve descristianização da sociedade nos últimos 30 ou 40 anos, a quantidade de corrupção no meio dos negócios é impressionante. Porém, veja que coisa terrível e significativa: este aumento da corrupção, que é bastante documentado, tem vários livros a respeito, (depois posso lhes recomendar alguns, documentando como a ética nos negócios veio desaparecendo nos últimos 30 anos) coincide com a

disseminação entre os empresários da mentalidade do Sr. Karl Popper: o tipo do liberal agnóstico, representado aí no Brasil pelo nosso Rodrigo Constantino. À medida que esse tipo se dissemina na classe empresarial acaba a moralidade e começam as fraudes. Mais ainda: essas fraudes são diretamente incentivadas pela elite globalista.

Vamos nos reportar ao plano Cloward-Piven, elaborado por dois estrategistas discípulos de Saul Alinsky (que é o mentor do Barack Obama); plano inventado nos anos 1960 para demolir a previdência social americana. A tese era bastante simples: o regulamento da previdência social oferece um X número de direitos, mas quando você vai ver, o número de pessoas que teoricamente têm esses direitos é muito maior do que o das que estão sendo atendidas, e o sistema jamais teria condição de atender todas. Isto quer dizer que a maior parte das pessoas não ligava para os seus direitos previdenciários, não precisava deles (recorria a previdência privada, fazia poupança), ou seja, cada um cuidava do seu futuro e do de sua família. Daí esses Cloward-Piven disseram para incentivar essas pessoas a exigirem os seus direitos. Atualmente a previdência atende 5%, se ela chegar a atender 50 ou 60% ela vem abaixo; e se ela cai, caem os bancos. A crise americana foi uma obra de engenharia: levou 40 anos para fazer, mas finalmente deu certo, aconteceu. E quem é essa gente que fez isso? É a mesma que trabalha para George Soros, Barack Obama e outros: a própria elite globalista. Então a identificação da elite globalista com o Estado americano é completamente falsa, porque estão trabalhando evidentemente contra o Estado americano, demolindo a economia, cortando as verbas militares, tentando desmoralizá-los pela entrada forçada do homossexualismo na organização militar, e assim por diante.

A folha de serviços antiamericana prestada por eles é a coisa mais óbvia do mundo. Portanto, se identificamos a elite globalista e sua mentalidade popperiana com a nação e o Estado americano, estamos falsificando a coisa completamente. No entanto, vemos que há bastante tempo essa elite tem trabalhado pelos mesmos objetivos que a elite eurasiana, na medida em que aquela deu sua colaboração ao comunismo e ao nazismo (leiam o livro do Anthony Sutton, *Wallstreet e o III Reich*¹, e verão que Hitler foi muito financiado pelos banqueiros daqui, inclusive judeus, tal como o Varbuck, que soltou dinheiro para Hitler matar judeus na Europa).

Assim, a idéia de que os impérios da Rússia e da Alemanha trabalhassem para objetivos transcendentais me parece uma confusão entre coletivo e o supra-individual. Não podemos esquecer que “coletivo” não é um conceito superior ao “individual”; eles são exatamente dois lados da mesma coisa: o coletivo é um coletivo de indivíduos. Agora, uma lei transcendente não é isso: o supra-individual não tem nada a ver com coletivo-individual no sentido numérico, quantitativo; o coletivo e o individual, diria René Guénon, são dois sentidos quantitativos, e o supra-individual, aquilo que é espiritual, é espiritualmente supra quantitativo. Portanto a oposição que se dá entre coletivo e individual, que se dá dentro do quantitativo, não é a mesma coisa que a contraposição entre o terrestre e o celeste, entre o imanente e o transcendente, como dá a entender o Alexandre Duguin.

¹ <http://www.reformation.org/wall-st-hitler.html>

Esses serão, na medida do possível, alguns elementos levantados durante o debate com o Alexandre Duguin, porque é difícil dizer tudo isso por escrito: falando meia hora produz-se quinze ou vinte páginas, mas para escrever quinze ou vinte páginas leva-se uma semana. E todos esses problemas são profundamente esclarecidos por esses conceitos que nós tiramos do Ravaisson.

Eu queria aproveitar a segunda parte da aula para atualizar algumas perguntas [1:10]. Mas antes queria lembrar a vocês que no próximo dia 22/02/2011, terça-feira, vai ser lançado pela Vide Editorial o livro *O enigma quântico*, do professor Wolfgang Smith, que tem uma introdução minha. Na hora do lançamento, que será às 20:00, farei uma breve conferência a respeito da vida e obra do professor Smith. É um livro de mais alta importância e estou muito contente que isso seja lançado em português. A tradução é do Rafael de Paola, aliás muito boa. Isso será transmitido no mesmo momento em vários sites, inclusive no site do Seminário de Filosofia. Na Livraria do Seminário vocês compram o livro com 10% de desconto.

Com relação à primeira parte da aula, acho que foi um pouco confusa devido à multiplicidade de assuntos que tentamos abranger de uma vez. Gostaria de lembrar o seguinte: qualquer que seja o caso, a obra do René Guenon continua sendo indispensável e acho que no final das contas ela mais ajuda do que atrapalha. Isto por que ele recolocou em circulação várias idéias que haviam sido perdidas pela cultura dominante na Europa nos últimos três séculos, e preparou toda a condição para que existisse uma ciência comparativa das religiões. Todas as objeções que podemos ter a essa obra — e não tenho poucas — nada tiram do seu valor. Mais ainda: acho que sem passar pela obra do René Guenon é impossível entender a situação atual do mundo.

Por outro lado, a idéia que depois foi popularizada pelo Frithjof Schuon como unidade transcendental das religiões acredito que continue válida, mas não se pode esquecer que essa unidade só existe no que diz respeito às doutrinas metafísicas, que é a descrição sumária da estrutura da realidade. Então isto não quer dizer que as religiões estejam de acordo em tudo o mais, e o próprio Frithjof Schuon fazia questão de frisar que não se pode misturar as diferentes formas tradicionais: o que é cristão é cristão, o que é muçulmano é muçulmano, e assim por diante, o que na perspectiva do projeto eurasiático é completamente escamoteado por que, notem bem, a unidade do império eurasiático é assegurada, entre outras coisas, pela idéia da unidade transcendente das religiões dividindo o mundo em uma parte para a qual só existe o mundo terrestre (que seria o mundo dos impérios marítimos) e, por outro lado, o mundo dos impérios voltados ao sacro, ao sagrado. Mas conforme já expliquei, o sagrado não existe; é apenas um conceito acadêmico que junta mal e mal por seus caracteres esquemáticos concepções que são completamente diferentes entre si.

Percebemos isso, sobretudo, depois que estudamos a obra do René Girard vemos que a diferença específica entre o cristianismo e as outras religiões é uma coisa tão profunda e tão abissal, que se é possível a idéia de uma unidade transcendente das religiões ela só o é dentro do ponto de vista cristão. E foi

justamente isso que o Guenon não fez; para ele a chave da abóboda é a doutrina hindu e, em segundo lugar, o sufismo. Mas tenho a impressão que o Rene Girard provou de uma maneira mais ou menos definitiva que todas as religiões sempre foram baseadas no sacrifício do bode expiatório, e que no cristianismo a coisa se inverte: o sacrificador vira ele próprio o sacrificado abolindo, portanto, ambos: o sacrifício humano e o animal.

Em um de seus textos, o René Guenon diz que somente aqueles que estão ligados à pura noção da eternidade e do absoluto escapam aos ciclos de mortes e ressurreições, e para justificar essa afirmação ele cita um ditado hindu que diz: “Aquele que sacrifica a um deus é comido por ele.”. Mas no cristianismo é exatamente o inverso: é Deus que se dá como alimento, e isso introduz uma mudança tão radical na doutrina do sacrifício que eu creio que somente a partir dessa perspectiva do sacrifício do próprio Deus se pode conceber a idéia de uma unidade transcendente. Mas esse é um trabalho que nem foi começado ainda. O que seria a unidade transcendente tomando como um centro a pessoas de Nosso Senhor Jesus Cristo? Seria alguma coisa completamente diferente do que faz o Schuon e outros, para os quais Cristo se reduz apenas a mais uma figura cósmica na sucessão das personalidades divinas, como Buda, Maomé e etc.

O Hélio Rodrigues Pereira avisa que no Rio de Janeiro eles têm um grupo mais ou menos organizado que se reúne toda semana. Para eles meu filho Gugu dá aulas de metafísica, o Nivaldo Cordeiro dá um curso sobre Direito Natural, o Carlos Nougué um sobre Latim, Trivium e Quadrivium etc. Eles fazem uma reunião na terça e uma no sábado, mas a maioria dos alunos não está em dia com as aulas. A sala não possui acesso à internet, e eles possuem uma série de dificuldades, por isso mesmo ainda não estão em condições de fazer as aulas de repetição.

Mas veja: eu não pedi que todos fizessem as aulas de repetição imediatamente, mas apenas que aqueles que têm as condições de formar grupos fossem pensando nisso e se preparando para que possamos começar daqui uns dois ou três meses. O pessoal do Rio já fez demais. Tenho a impressão de que o único grupo que já tenha agora em condições de fazer esse exercício é o de Curitiba, no Instituto Olavo de Carvalho. Mas vão pensando nisso e designem para cada aula um repetidor em um dia da semana em que ele vai dar a mesma aula, de acordo com as luzes dele.

Aluno: Nos textos do Ravaisson, lemos: “Como admitir que tais abstrações possam explicar o movimento e a vida, ao sistema todo intelectual e lógico de Platão, Aristóteles vem substituir um outro, onde o elemento prático ... desempenha o papel principal, em lugar das puras idéias o as causas primeiras aí são almas, fontes de movimento e vida”. Ao mesmo tempo lemos no Jardim das Aflições que Aristóteles não acreditava de fato na imortalidade da alma.

Olavo: Muito bem: o Ravaisson não está se referindo à alma humana, mas a algo que existe como se fosse uma alma; ou seja, não é nem um objeto dos sentidos e nem uma forma abstrata, mas algo que existe como se fosse uma alma; algo que tem vida e personalidade. Penetramos aí na noção do próprio

Deus, portanto a noção da imortalidade da alma humana não tem nada a ver com essa história.

Aqui tem uma longa mensagem do Rodrigo Diniz, acho que vale a pena ler alguns pedaços.

Aluno: Em uma das últimas aulas o senhor disse que as transcrições deveriam ter um caráter documental, pois seria trabalhoso tentar organizar o texto em busca de uma unidade didática, digamos assim. Pensei comigo: “preciso desobedecer o professor nesse caso, pois o Seminário é um empreendimento de grande importância no cenário cultural brasileiro. Ora, acompanhando o curso vemos que isso não é apenas um modo de falar, mas uma coisa muito séria, portanto, desde o início pensei que as transcrições deveriam ser feitas como um livro, como uma obra clara mesmo para aqueles que não conhecessem as gravações das aulas. E depois de ouvir o último programa True Outspcak (09/02/2011) reforcei tal impressão. Certamente é trabalhoso e eu mesmo estou um pouco afastado das transcrições, mas o benefício para o aluno é enorme...

Olavo: Olha, em parte você tem razão: se fosse possível fazer em cima dessas aulas o que foi feito, por exemplo, no livro *Tópicos sobre a educação*, do Bernard Lonergan... O livro tem esse título mas ele é de filosofia e importantíssimo. Foi um curso que ele deu no Canadá e ao qual os alunos foram gradativamente trabalhando e trabalhando e deram um formato de livro com começo meio e fim. Isso é uma coisa muito difícil; levaram anos para fazer isso. Pretendo que se faça isso, mas não estou esperando isso num primeiro momento. Num primeiro momento temos de ter apenas uma transcrição limpa do ruído. [1:20]; as frases tem de ter começo, meio e fim; eventuais interrupções são esquecidas, hiatos são preenchidos, mas é a correção mínima. Isso é o que eu espero em um primeiro momento.

Lembro-me de que quando era adolescente, lia as apostilas de Direito Romano do Alexandre Correia, que meu pai tinha recebido na faculdade de direito, e ela era feita toda semana: o sujeito dava uma aula numa semana e na seguinte tinha a apostila, numa época em que não se tinha computador, internet, coisa nenhuma; era tudo feito à máquina de escrever e no estêncil, e o curso de direito tinha muito menos alunos do que nós, eles tinha ali 50 alunos no máximo. E, no entanto, conseguiam fazer isso. Por que consideravam que a transcrição de aula — como é normal na tradição universitária em geral — faz parte das obrigações estritas do aluno. Alguns sabiam taquigrafia, anotavam na hora e a partir das anotações taquigrafadas, como se fez com muitas obras de Edmund Husserl, recompunham o que foi ensinado. Se for possível restaurar uma ordem interna apenas sugerida, ótimo, mas eu não estou esperando isso. Precisamos primeiro do material bruto.

Quando, em 2002, estivemos na conferência Rosenstock, a coisa que mais me impressionou foi que uma mesa imensa com todas as transcrições de aulas possíveis e imagináveis; tinha um material ali para uns 50 ou 60 livros. Mas ainda em estado semi-bruto, apenas uma correçãozinha inicial. Eles faziam o trabalho por etapas: primeiro a transcrição bruta, depois uma pré-edição e

depois uma edição. Muitos livros do Rosenstock foram compostos assim e outros ainda o serão. O material que ainda resta é enorme. Mais ainda: eles colocavam à venda todas as gravações de aulas que o Rosenstock tinha dado nos Estados Unidos. Na época custava dois mil, três mil dólares o conjunto das gravações em fita. Esse material não se perde. E tudo foi feito pela própria família do Rosenstock. A fundação Rosenstock não tinha dinheiro, trabalhavam de uma maneira artesanal. Nós temos mais condição do que eles, e creio que essa coisa das transcrições de aula é de fato obrigação fundamental e não pode esperar muito tempo. Cada aula que foi dada precisa ter uma transcrição rápida, depois de duas ou três semanas, no máximo.

Então, Rodrigo, acho que você tem razão, mas eu não estou esperando tanto.

Daí ele pergunta a respeito de algumas obras minhas não publicadas... Não se guiem muito por esses títulos, porque várias vezes juntei diferentes escritos sobre um mesmo título para ser publicado, o qual não foi publicado; depois peguei os mesmos textos e botei em outro livro com outro título completamente diferente. Esses que saíram no livro *A dialética simbólica* tinham sido planejados para entrar em outros livros que acabaram não existindo. Quando ele se refere aqui ao título *O antropólogo antropófago*, existe uma apostila com esse nome e eu pensava em juntá-la com outros textos e publicar como livro, mas isso nunca aconteceu. Tem outro estudo que eu fiz sobre o Western *A Vingança de Liberty Valance*, mas isso também não é um livro, é uma apostila, também para ser juntada com outras. Pensei em juntar vários escritos sobre cinema e publicar com um título genérico.

Mas notem bem: eu não ligo muito para esses escritos antigos meus. Nos últimos cinco ou seis anos a montanha de coisa que eu disse, que foi transmitido e gravado já é suficiente para dar trabalho para muitas décadas. Então o que for mais antigo tem apenas importância histórico-biográfica. Às vezes até uma curiosidade. Eu não dou valor a nada do que escrevi antes de 1985 ou 1986. Acho que até ali foi só um período de aprendizado. Muitos trabalhos são apenas de ordem jornalística, e eu simplesmente esqueceria essa porcaria toda. E do que eu fiz nos últimos 20 anos acredito que as coisas do Seminário têm prioridade, pois estou juntando e costurando vários pedaços do que fiz antes de maneira fragmentária.

Aluno: Na medida em que vou estudando e ouvindo as aulas, muitos problemas se esclarecem para mim, mas cada vez que um ponto se ilumina surgem dúvidas em torno (...)

Olavo: Comigo acontece a mesma coisa.

Aluno: (...) considerar os esforços filosóficos como símbolos para ativar a consciência parece ser a única maneira de dar sentido ao conjunto. A solução que o senhor deu para a discussão entre São Tomás de Aquino e São Boaventura não deixa dúvidas: é isso mesmo. No entanto o fato mesmo de que São Tomás e São Boaventura encetassem uma discussão não mostra que eles mesmos eram contrários a considerar os dois pontos em questão como símbolos de experiência, ambos válidos?

Olavo: Você pode considerar doutrinas divergentes como símbolos de experiência quando eles são dialeticamente harmonizáveis, ou seja, você pega duas opiniões diferentes e descobre os respectivos pontos de vista, pontos de partida ou até as respectivas perguntas que estão respondendo, e freqüentemente descobre que são duas perguntas diferentes. Aparentemente estão divergindo sobre o mesmo ponto, mas como o enxergam desde direções diferentes, estão falando de coisas diferentes.

No caso, quando São Tomás de Aquino diz que Deus é a última coisa que você conhece e São Boaventura diz que é a primeira, São Tomás está falando desde um ponto de vista experimental, ou seja, a ordem real em que se vai adquirindo os conhecimentos e, sobretudo, em que você vai adquirindo as provas. Neste sentido, o conhecimento de Deus é de fato o último, porque para chegar a ele é preciso ter uma série de conhecimentos sobre realidades terrestres, sobre toda a estrutura da realidade, até chegar a Deus. Mas São Boaventura está falando desde o ponto de vista das condições *a priori* do conhecimento, por assim dizer. Neste caso, Deus está por trás da nossa consciência, garantido todos os conhecimentos; ele está falando da ação do Espírito Santo, então um e outro não estão falando da mesma coisa: um está falando desde um ponto de vista experimental, ou seja histórico-temporal, o ser humano precisa conhecer isto e mais aquilo, mais aquilo, para ter a evidência da existência de Deus; e São Boa Ventura esta dizendo que para começarmos a pensar é preciso que Deus já esteja presente, Ele é um pressuposto. As duas coisas não se contradizem de maneira alguma. As duas expressões são insuficientes mesmo se as juntarmos, porque a realidade da qual estão falando transcende a esfera do signo verbal que estão usando; estão falando de uma coisa que transcende o conteúdo verbal explícito, e por isto mesmo mostra e prova que esse conteúdo verbal é um símbolo.

O símbolo acontece quando não há a superposição exata de signo e significado; quando o significado está aberto porque ele transcende a esfera daquilo que pode ser simbolizado. Ai fala-se de símbolo, quando um lado está aberto e não estamos propriamente significando algo, e sim estamos apontando para algo que transcende a esfera do signo que usado. Podemos então dizer que o que São Tomas disse é um símbolo e o que São Boaventura disse é um símbolo, porque nenhum dos dois disse a coisa completa e nem poderiam dizê-lo.

Aluno: O senhor comentou sobre o calvinismo como movimento revolucionário... Como posso estudar melhor essa questão?

Olavo: Procure o livro de Michael Walzer que se chama *The revolution of the saints* (a revolução dos santos). Esta obra é um clássico a esse respeito. O autor mostra não apenas a índole revolucionária do governo calvinista estabelecido na Suíça, mas também que Calvino criou todos os instrumentos de ação mais tarde usados pela militância; criou a organização da sociedade civil para uma ação política [1:30]; inventou também o totalitarismo, isto é, o governo que controla todos os aspectos da vida social e privada dos indivíduos, até os pensamentos. Foi o primeiro projeto como esse na Europa. Claro que a

coisa não chega a se realizar, fica apenas em projeto, e depois toma outra direção. Mas que a idéia em si era totalitária e que os meios de ação eram característicos do movimento revolucionário, isto não podemos negar.

Aluno: O senhor detectou a manifestação da paralaxe cognitiva em qual etapa da sua elaboração filosófica. Parece que ela está presente na maior parte dos seus objetos de investigação.

Olavo: Bem, a suspeita de algo que mais tarde eu viria a chamar de paralaxe cognitiva acho que apareceu mais de quarenta anos atrás, justamente quando estava estudando as *Meditações de Filosofia Primeira* do René Descartes. Isto porque ali ele afirma que a obra em questão é um depoimento verdadeiro; que não é algo que ele inventou, mas uma experiência que ele realmente teve. Partindo disso, pensei: se ele fez, eu também tenho que poder fazer. Eu tentava fazer o raio da dúvida metódica, da dúvida sistemática, e esbarrava em impossibilidades flagrantes. Via, por exemplo, que a presença do eu presente, do eu temporal, estava pressuposta em tudo aquilo; que o *ego cogitas* não era uma conclusão a qual pudesse chegar, mas um pressuposto. Então se na conclusão você chega à mesma coisa que já estava pressuposta, você não fez absolutamente nada; fez o que se chama *petitio principio*, uma petição de princípio: se eu me propus a pensar sobre algo, eu mesmo já disse que estou pensando.

E além disso: quantas coisas eu poderia colocar em dúvida? Poderia colocar em dúvida os meus sentidos? Se eu colocar em dúvida os meus sentidos tenho de parar de falar comigo mesmo porque a voz interior tem uma ressonância; ela ressoa na sua caixa craniana, tem um som. Então, se eu fizer abstração já não vou ouvir o meu próprio pensamento. A abstração dos sentidos é, na verdade, impossível; uma coisa que você diz que faz, mas não faz. Dito de outro modo, não é a negação, é apenas uma abstração; você está considerando o conteúdo do seu pensamento separadamente dos elementos sonoros ou escritos que o veiculam. Mas considerar algo separadamente é uma coisa, e negá-lo ou colocá-la em dúvida é outra completamente diferente. Então eu tentava e tentava e via que o que o Descartes disse que fizera não dava para fazer. Então do que ele estava falando?

Depois, quando li o David Hume e ele afirma que não existe prova de que existe um eu por trás dos pensamentos, e que nós temos apenas estados, pensei: se nós temos apenas estados, é inútil fixar uma sequência de pensamentos no papel, porque cada vez olharmos para ele vamos compreender uma coisa diferente. Conclui então que a teoria de Hume é contraditória com o fato de ela ter sido escrita. Tudo isto observei há muito tempo, só que na hora não me parecia um fenômeno geral, e sim apenas erros, distrações que um filósofo tinha cometido aqui e ali. Mas reparei isso há muito tempo atrás.

O Kant diz que nós não percebemos a coisa em si, mas só as suas aparências fenomênicas. E eu, com o livro na mão, pensava: “Mas você quer que eu leia o seu livro ou apenas a aparência fenomênica dele?”. Porque, afinal de contas, um livro é um objeto material com uns grafismos que supostamente significam

alguma coisa que supostamente Kant pensou. Bem, se me colocam um elefante na frente e eu não posso ter acesso ao elefante em si, mas só à sua aparência fenomênica (o elefante que é uma coisa muito mais densa e grosseira do que o escrito) por que eu digo que posso captar o pensamento de Kant? Claro que essa teoria é contraditória com o fato de que ela foi escrita: se ela é verdadeira não poderia ter sido escrita, e se foi escrita é porque não é verdadeira.

Tudo isto reparei acho que há 40 anos, quando tinha vinte e poucos anos. Mas na época eu ficava atormentado, pois achava que o idiota era eu e pensava: “Vai ver não estou entendendo alguma coisa, não é possível! Ou então o sujeito cometeu alguma rateada, um lapso”. Depois fui vendo que coisas desse tipo eram onipresentes, e como já estava meio preocupado com esse negócio da consciência e estava lendo Santo Agostinho e pensando no negócio da confissão. Mas não só em termos religiosos. Eu fiz oito análises diferentes com psicanalistas diferentes porque queria saber como é que funciona isso, e cheguei à conclusão de que não funciona. Mas a análise, por mais tosca que fosse, colocava em questão o problema da sua sinceridade, porque o psicanalista esta tentando descobrir as racionalizações, dismantelá-las e fazer-nos perceber alguma realidade que ou foi esquecida ou foi reprimida. É um mecanismo muito interessante no final das contas. Os caras não sabem fazer isso, mas que a idéia é boa, é. E eu reparava que eles não sabiam pelo seguinte: cada psicanalista seguia uma teoria específica, ele só sabia o que queria encontrar por trás das minhas racionalizações, ele só queria encontrar aquilo que ele já sabia. Então o Dr. Miller me disse um dia: “Já reparou que psicanalistas junguianos têm pacientes junguianos, os freudianos têm pacientes freudianos, e assim por diante?”. Pensei: “Isto aí é uma conspiração!”. Se você chega lá no analista junguiano com um problema freudiano, como é que vai ser o negócio? Então vi que havia muito de projetivo nas análises. Mas de qualquer modo a experiência da análise era interessante porque era um desafio de autoconhecimento. Não levava a autoconhecimento nenhum, mas por causa deste predomínio da teoria. Cheguei à conclusão de que o psicanalista bom não precisava ter teoria nenhuma; precisava é estar aberto para o que desse e viesse.

Por exemplo: ia ao psicanalista reichiano e ele queria descobrir os nós musculares. Mas e se não houvesse problema muscular nenhum? E se o problema fosse o ódio ao meu pai, agressão à mãe? Como é que seria? Ou se o problema fosse religioso, espiritual? Os caras só estavam preparados para lidar com um tipo determinado, específico, de problema. Mas de qualquer modo a idéia de contarmos nossas vidas, contarmos nossos sonhos, contarmos nossas emoções, para que outra pessoa nos analise e desmantele as mentiras é uma idéia muito boa. Eu creio que ela nunca foi realizada, que ficou só na ameaça, inclusive a partir dos anos 60, período em que profissão de psicanalista, terapeuta, decaiu pra caramba e virou pura manipulação, virou sacanagem.

Mas esse problema da sinceridade da narrativa estava muito presente na minha cabeça, e foi aí que percebi: a narrativa do Descartes não era sincera. Passaram-se muitos anos até que percebesse que não era só nas *Meditações* que ele não tinha sido sincero, que ele era, como disse o Maxime Leroy, *le*

philosophe au masque: todo mascarado. E ele mesmo dizia que ele vivia disfarçado. Mas então por que dizer que vai expor idéias claras, distintas, e que eu vou entender tudo como se fosse da máxima evidência, se ao mesmo tempo ele está se mascarando?

Foi bem aos poucos que eu cheguei a essa coisa da paralaxe cognitiva como um fenômeno que marcava toda uma época da história da filosofia: a época do teatro. E quando chega o século XX acontece essa coisa surpreendente de que o diálogo intelectual está todo feito de disfarces e camuflagens, e que as coisas verdadeiras são encontradas no teatro, no romance. Tudo aquilo que era ficção virou realidade, e o que era para ser realidade virou ficção [1:40]. Isto provocado, em parte, pelo próprio desenvolvimento do sistema universitário, onde ser filósofo se torna uma identidade social, o nome de uma profissão, e não uma regra de vida (como era para Sócrates, Platão, Aristóteles, para os Escolásticos).

A questão é a seguinte: um homem de mentira não pode chegar à verdade. Também uma noção que cravou fundo na minha cabeça foi a frase de Jean Baptista Vico que diz que só conhecemos perfeitamente aquilo que nós mesmos fizemos. Claro que isso não é a única coisa que possamos conhecer. Mas se não soubermos nem aquilo que fizemos; se não somos capazes nem de contar a nossa própria história para nós mesmos com o mínimo de fidedignidade, então já perdemos o fio da meada. Eu digo “contar a sua história para você mesmo”, pois contar para outro é muito difícil: precisa ser um gênio da confissão, como o próprio Santo Agostinho.

Foi nessa época que eu vi que percebi o seguinte: eu representava vários papéis perante mim mesmo e que só vale aquilo que eu falo para mim mesmo com a minha própria voz, representando o meu próprio papel, e não uma outra coisa. Então tenho de ter uma voz interior que eu mesmo ouço e que não é um negócio transcendente, mas a minha própria voz, o meu coração falando. Muitos anos mais tarde eu descobri as lições de um professor de teatro (de imitação vocal), e ele dizia que a única técnica de imitação verdadeira é encontrar a sua própria voz e falar desde o coração. É uma coisa que tem até relevância física.

Somando esses vários aspectos é que me aparece a idéia de olhar a história da filosofia, das idéias, sob o ponto de vista da sinceridade e da genuinidade daquilo que as pessoas estão falando. Em outras palavras: o sujeito acredita mesmo no que está dizendo ou está fingindo? Se nem ele acredita por que eu tenho de levar a sério? Respondendo a essas perguntas, chega-se a casos extremos como o de Karl Marx, em que não escreveu nenhuma linha sincera, é tudo fingido. Isto é curioso porque comecei a minha vida como militante esquerdista e me intoxiquei de Karl Marx por um tempo; Marx, Lênin, etc. Tudo aquilo me parecia verdadeiro, e parecia porque eu só me alimentava daquilo, então as próprias conversas se confirmavam a si mesmas indefinidamente. E é possível continuar assim para o resto da vida. Os marxistas, por exemplo, escrevem livros que não acabam mais. Se você quiser ler só a produção intelectual da esquerda política você nunca vai terminar.

Agora, vamos fazer um teste: vamos ler o pró e o contra; vamos procurar o que dizem os caras do outro lado. Caso o sujeito faça isso, o esquerdismo dele acaba em três meses, não mais do que isso. É como diz o Eric Voegelin: leu *O Capital* durante as férias e tornou-se marxista; depois fez um curso de economia política e largou aquela besteira para sempre.

Foi assim dessa forma que surgiu a noção de paralaxe cognitiva. A própria origem dela poderia ser objeto de um livro, uma autobiografia desse capítulo (da minha vida) respondendo as perguntas: como é que descobri a paralaxe cognitiva e como é que descobri que isso não era uma casualidade, mas uma regra geral? Regra geral ao ponto de podermos chamar o começo da Modernidade de “Era do fingimento”, porque é tudo fingido: a biografia das pessoas é fingida, a voz é fingida, é tudo impostado.

Lembrem-se: ao examinarmos o quadro *Os embaixadores* do Holbein, vemos a ênfase que se dava naquela época no moldar a personalidade externa de tal forma que o indivíduo representasse um papel social. Isto não tem nada a ver com o esforço ascético de encontrar a sua própria voz, de ser sincero. Muito pelo contrário: as biografias que nós herdamos daquela época são todas fingidas; a biografia de Newton é falsificação do começo até o fim; a de Descartes também.

Alguma coisa de muito sério aconteceu naquela época; época em que os indivíduos se desgarraram da autoridade externa da Igreja, mas não tinham nenhuma autoridade interna como substituta. Eles achavam que tinha, que a voz deles era a do próprio Deus falando, mas não era; era apenas eles falando. Se você não conhece a sua própria voz não sabe a diferença entre ela e a voz de Deus, e se auto-diviniza com a maior facilidade.

Comigo isto já não acontece mais: eu sei quando sou eu que estou falando. Mesmo de madrugada, no meio do sonho, eu sei que estou lá e sei que não sou Deus, por isto mesmo quando Ele põe algo na minha cabeça eu sei que foi Ele e não eu, pois fico sabendo algo que não sabia antes. Então sei que durante o sonho o Espírito Santo (que tem como um dos principais trabalhos manter em funcionamento a nossa inteligência) me ajudou a ter um upgrade. E essa não é uma ação extraordinária do Espírito Santo, é uma ação ordinária, geral, constante dele.

Aluno: Na explicação sobre a contemplação amorosa o senhor falou do impedimento, dos obstáculos do conhecimento do ente ódios. O professor poderia dar um exemplo disso?

Olavo: Pegue qualquer conduta humana monstruosa e veja que você não consegue ter empatia com ela. Pense em que circunstância poderia fazer a mesma coisa e você vê que não poderia. Existe uma espécie de obstáculo, um abismo: você não consegue se conceber fazendo aquilo. Então você esbarrou no incompreensível, no absurdo, no demoníaco, é ali que termina o mundo da psicologia humana e começa um outro mundo.

Aluno: Você poderia explicar melhor o que quer dizer quando diz que Deus tem

de ser necessariamente uma pessoa?

Olavo: Digo pessoa como uma entidade autoconsciente capaz de amor. Se Deus não é isto, ninguém poderia sê-lo, porque isto não existiria no mundo. Então acho isto responde sua pergunta: Deus tem de ser um ente autoconsciente capaz de amor, portanto tem de ter um outro a quem ele ama. Esse outro não pode ser somente as criaturas, os entes criados, e esse é o sentido da santíssima Trindade, onde temos uma unidade de essência do mesmo ser em três pessoas. Deus não é algo misterioso e abissal que um dia virou pessoa: Ele é assim na perspectiva guenoniana, um abismo imensurável que um dia vira pessoa. Ele sempre foi as três pessoas. Eu não acredito naquela famosa coisa dos dias e noites de Brahmana em que tudo desaparece e depois volta a existir. Não: a ação divina é eterna, ela nunca parou; Deus não pode se recolher e virar potência, Ele é ato permanente. Quando o assunto é Metafísica, eu digo que o nosso Mário Ferreira dos Santos é muito melhor do que o Guénon. Ele parte da Deontologia (a ontologia do nada) e dá de dez a zero no Guénon. E o ponto de vista dele não é o vedantino, absolutamente (com todo o respeito que tenho pela doutrina vedantina, a qual eu devo muito).

Aluno: Eu esbocei um modelo temporário de resumo da sua filosofia com o propósito de formar uma unidade sistêmica. O conceito mais fundamental da sua filosofia é a reconsideração do ato intuitivo cuja patologia do hábito intelectual de obstruir, ao longo da história, tem resultado em efeitos espirituais e sociológicos catastróficos. A obstrução do ato intuitivo resulta da adesão a crenças injustificadas e inconexas que prejudicam a unidade da consciência (cujas organicidade Aristóteles identifica como estrutura mental saudável), a perda do sentido de organicidade resulta no hábito de dissociar o elemento do seu organismo que muito mais tarde resultará na idéia kantiana de considerar [1:50] algo em si mesmo, mas que antes disso motivou a ruptura entre sujeito e objeto na formação da teoria do conhecimento, o que faz o teórico não considerar sobre a ótica desses dois aspectos e que é a origem da paralaxe cognitiva. Essa visão desconexa da consciência se projeta na organização do conhecimento que, destoando do modo natural e orgânico da elaboração cultural que passa pelos quatro discursos. O sacramento da confissão (confessar o que sabemos) seria mais do que meramente um ritual, pois a evidência da conquista antropológica poderia ter um efeito profilático, o antídoto da perda da unidade da consciência (...)

Olavo: Sem sombra de dúvida.

Aluno: (...) A restituição dessa unidade faria o sujeito assumir a sua consciência como causa, o que as teorias psicológicas têm apresentado como produtos de fatores externos considerados como dominantes. Mas essa evidência está sendo ameaçada pela mentalidade revolucionária. Está isso aceitável?

Olavo: Está aceitável, mas falta muita coisa aqui. Em primeiro lugar, para você fazer uma exposição sistemática tem de ir pela ordem dos fatores, e a ordem dos fatores é o Mundo dos Princípios. Este é um esboço de uma metafísica, e ela fundamenta essa importância que eu dou ao ato intuitivo, de consciência, sobretudo de autoconsciência (não da forma atomística do “penso logo existo”

— mas como autoconsciência existencial, vital ou, como diria Ortega y Gasset, biográfica). O Ortega y Gasset estava enganado em pensar que a vida humana, como vida biográfica, no sentido de minha vida, seja a realidade fundamental. Não é, pois existe Deus acima dela, mas ela é a via fundamental para o conhecimento de tudo quanto existe.

Por exemplo: se um sujeito está fazendo um experimento científico, ele precisa relatá-lo em todos os seus passos com fidedignidade, caso contrário a conclusão será falseada. Esse negócio narrativo é absolutamente fundamental em qualquer área do conhecimento, e a narração é, sobretudo, a da própria testemunha (quem viu os fatos ou quem foi o sujeito dos atos). Então a relação entre verdade e sinceridade é muito mais estreita do que podemos imaginar, e é por isto mesmo que não acredito que existam “sentenças verdadeiras” e “sentenças falsas”, como afirma, por exemplo, a filosofia analítica. Nenhuma sentença é verdadeira e nenhuma é falsa. Nem na Bíblia, pois depende de como você vai entendê-la. Uma única frase pode ter mil sentidos diferentes, e só alguns deles serão verdadeiros no instante que a verdade se efetiva para o ser humano consciente que a está admitindo.

Acho que por hoje é só. Até a semana que vem e muito obrigado. Não esqueçam do lançamento do livro do professor Wolfgang Smith.

Transcrição: Juliana Rodrigues.

Revisão: Luiz Felipe Adurens Cordeiro.